



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

## REQUERIMENTO Nº 79/2021

Divinópolis, 21 de Fevereiro de 2022

**Exmo. Sr.  
Eduardo Print Junior  
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis**

**Senhor Presidente,**

O vereador que esta subscreve, nos termos regimentais, requer de Vossa Excelência, que seja encaminhado ao Sr Prefeito Municipal Gleidson Gontijo de Azevedo para que juntamente com a pasta responsável, seja reportado a esse Vereador, **sobre a atual situação do Transporte fora do domicílio (TFD).**

### JUSTIFICATIVA

Após recebermos inúmeras denúncias sobre a falta de suporte da Prefeitura em relação ao transporte dos Municípes para realização de procedimentos na área da saúde fora do domicilio de Divinópolis, viemos pedir alguns esclarecimentos na condição de Fiscalizador.

- Atualmente a prefeitura possui quantos veículos para o devido transporte? Acreditam que tal número consegue atender a população? Se não, o que estão realizando para que esse cenário seja modificado?
- Nos foi relatado que houve o corte das horas extras dos motoristas, e após isso, obviamente as viagens sofreram um impacto uma vez que diversas vezes os motoristas precisam viajar a uma longa distância, sendo assim realizando uma carga horária maior. Tal medida foi tomada e está amparada de qual maneira? Quais embasamentos jurídicos sustentam tal situação?
- Nos dias em que se decreta feriado no Município, nos foi relatado que os motoristas não trabalham, sendo assim, pacientes perdem consultas e até mesmo cirurgias. E isso é algo que foi comprovado por pacientes aqui neste gabinete. Como pode um paciente esperar meses/Anos para ter sua cirurgia marcada, e na data não poder realizar tal procedimento pois a prefeitura não tem transporte para oferecer.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

- È totalmente visível a desvalorização dos profissionais do setor de transporte, o que vocês tem realizado internamente para buscar um alinhamento para que os Municípios não sejam afetados?
- Na ausência de motoristas por afastamento médico, qual motivo se justifica a não substituição temporária deste, a fim de não prejudicar a rotina estabelecida no setor?
- Sabemos sobre a possibilidade do ressarcimento do valor gasto pelo beneficiário, quando o mesmo opta por usar transporte municipal, e quantos aos usuários de vulnerabilidade financeira, como estes estão sendo orientados? Quais procedimentos estão sendo tomados a fim de que estes não percam seu direito ao acesso a saúde?
- Como funciona o sistema de plantão do TFD, quantos funcionários e quantos veículos são disponibilizados para atender as demandas?

Nestes termos peço o deferimento.

HILTON DE AGUIAR  
Vereador – MDB